

Principais pontos da Lei de Falências propostos pelo relator

Recuperação judicial

O relator tentou reduzir a burocracia para tornar a recuperação judicial menos onerosa. Fixou o prazo de 180 dias para suspensão de ações e execuções na recuperação judicial.

Disposições penais

Definiu como crimes fraude a credores, contabilidade paralela, violação do sigilo empresarial, divulgação de informações falsas, indução ao erro, favorecimento de credores.

Exclusão da sucessão tributária e trabalhista

O substitutivo, assim como o projeto da Câmara, define que não haverá sucessão tributária ou trabalhista para o adquirente.

Recuperação de microempresas

Para incluir as micro e pequenas empresas nas regras para a recuperação judicial, créditos que não têm preferência segundo a lei contarão com prazo de pagamento maior que o da concordata.



Texto de Tebet para nova Lei de Falências pode ser examinado amanhã na CAE

Página 5

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X – Nº 1.920 – Brasília, segunda-feira, 26 de abril de 2004

Senadores debatem hoje com Garotinho violência no Rio

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a Subcomissão Permanente de Segurança Pública devem ouvir hoje, às 18h, o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho. A audiência foi solicitada por Tasso Jereissati. Senadores já debateram o tema com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o prefeito do Rio, César Maia.

Página 3

Plenário tenta votar a criação dos cargos comissionados

A medida provisória que cria 2.793 cargos comissionados no Executivo poderá ser votada amanhã, depois de 21 dias de obstrução dos partidos oposicionistas. Outras três medidas provisórias devem ser examinadas para destrancar a pauta

Página 3

Celso Pitta deve explicar a CPI denúncia de evasão

Página 3

Presidente da Petrobras falará sobre plataformas

Página 3

Fome e trabalho infantil serão discutidos com Patrus Ananias

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, participa na quarta-feira de audiência na Comissão de Assuntos Sociais. Serão debatidos os programas de segurança alimentar, como o Fome Zero, e de erradicação do trabalho infantil. A audiência foi solicitada por Lúcia Vânia, presidente da CAS, e Arthur Virgílio.

Página 5

Mais de 4 mil já visitaram mostra de mapas antigos



Crianças da Escola 316 de Santa Maria e do Colégio Centro Educacional Mira Céu, da 914 Norte, de Brasília (DF), visitam a exposição *O Tesouro dos Mapas*, que permanece aberta até 1º de agosto. Mais de 4 mil pessoas já estiveram no Salão Negro do Congresso para conhecer mapas em pergaminhos dos séculos 16 e 17 e objetos náuticos usados para observação astronômica e orientação no mar, além de réplicas de embarcações das grandes descobertas. O curador da exposição é o professor Paulo Miceli, da Universidade de Campinas. A coleção é do Instituto Cultural Banco Santos, reunida pelo presidente da instituição, Edegar Cid Ferreira, e tem concepção cenográfica do artista plástico Paulo Pederneiras.



Roosevelt Pinheiro

LIMITAÇÃO Risco de “apagões” afasta investidores de Rondônia, alerta Fátima Cleide

Fátima Cleide pede apoio para mudar decisão da Eletronorte

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) fez apelo aos parlamentares de seu estado para que se engajem no pedido de reavaliação da decisão da Eletronorte de transferir o maquinário da Usina do Rio Madeira. Para a senadora, a proposta da Eletronorte de mudar três unidades geradoras de energia elétrica da capital do estado (Porto Velho) para Macapá e Manaus é preocupante.

Com base em nota do Sindicato dos Urbanitários de Rondônia (Sindur), Fátima Cleide disse rezear que essa não seja uma decisão técnica, porém política. Ela frisou que Rondônia precisa urgentemente retirar da memória dos investidores a lembrança dos “apagões” ocorridos durante muitos anos e que ainda assusta futuros empreendedores.

– Há três anos Rondônia está preparada para a industrialização, mas infelizmente ainda não conseguimos sensibilizar indústrias de diversos portes para que façam seus empreendimentos no estado por conta de certa desconfiança com relação à sustentabilidade energética – afirmou.

Agenda

Plenário pode votar amanhã propostas que trancam a pauta

A sessão de hoje, marcada para as 14h30, é não deliberativa, ou seja, sem a votação de matérias. Amanhã, no mesmo horário, os senadores continuam a discussão de quatro projetos originados de medidas provisórias que trancam

a pauta de votações da Casa. O primeiro item a ser examinado é o projeto (PLV 20/04) que reorganiza o Planalto e os ministérios, além de criar cerca de 2 mil cargos comissionados, que não requerem a realização de concursos para serem preenchidos.

Comissão das terras indígenas realiza reunião

A comissão especial que trata das questões das demarcações de terras indígenas nos estados de Roraima e de Mato Grosso do Sul realiza, a partir das 15h de hoje, reunião administrativa em caráter reservado. O colegiado é presidido pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR).



Garotinho discute violência no Rio

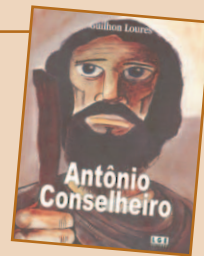
O secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, participa hoje de audiência pública na reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, às 18h. Os parlamentares discutem a violência no município do Rio, especialmente o confronto entre policiais e traficantes das favelas da Rocinha e do Vidigal.

Novas regras para concessão de serviços de radiodifusão

A Comissão de Educação (CE) discute, na reunião de amanhã, às 11h, projeto que obriga as emissoras a manterem em dia o pagamento de direitos autorais para estarem aptas a pedir a outorga ou renovação da concessão de serviços de radiodifusão (PRS 21/03). Além disso, será discutida proposta que acaba com as listas tríplices no processo de escolha dos dirigentes universitários. Atualmente, os reitores e vice-reitores são escolhidos pelo presidente da República, de acordo com listas elaboradas por um colegiado.

Biografia de Antônio Conselheiro

A biblioteca do Senado lança na quarta-feira, às 18h30, a biografia de Antônio Conselheiro, escrita pelo consultor aposentado da Casa Guilhon Loures. O autor se propõe a fazer uma releitura histórica da Guerra de Canudos e do seu personagem principal, sob a ótica dos sertanejos.



Lei de Falências na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne amanhã às 10h, retoma a discussão da proposta da nova Lei de Falências (PLC 71/03). O colegiado também deve votar projeto (PLS 213/03) de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

Comissão ouve Patrus Ananias

Na quarta-feira, às 10h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ouve o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias. Ele falará das ações do ministério, como os programas de segurança alimentar e de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Transferência de turbinas afeta Rondônia, adverte Raupp

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) chamou a atenção do Senado e da sociedade para “mais uma má decisão” adotada pela diretoria da Eletronorte, em Brasília. Segundo ele, a retirada de três turbinas da usina termelétrica Rio Madeira, instalada em Porto Velho, prejudica a população de Rondônia. Uma das turbinas, informou, será transferida para Manaus e duas outras para Macapá.

Essa transferência, conforme o senador, que está sendo justificada como instalação de reserva para os estados do Amapá e do Amazonas, fará falta a Rondônia. Raupp explica que a configuração de transmissão do estado conta com a geração das máquinas da Usina Rio Madeira para manter o fornecimento de energia, principalmente para a capital.

– Nós, como representantes de nosso povo, não podemos concordar e muito menos permitir que essa decisão venha a desfalcar o parque gerador de energia elétrica de nosso estado, que é fruto de muito trabalho e sofrimento do povo rondoniense, que até recentemente sofreu duros racionamentos de energia.

Raupp destacou que, ainda hoje, reflexos da crise energética são sentidos e assustam eventuais investidores, que hesitam em levar seus capitais para o estado por temerem a falta de energia necessária à expansão de seus negócios.

O senador acrescentou estar surpreso com a decisão da Eletronorte, recusando-se a acreditar nela. Raupp registrou que o prometido gás de Urucu, a interligação elétrica ao sistema nacional e outros grandes projetos anunciados até hoje não foram realizados. E lembrou que o consumo de energia elétrica é sempre crescente.



Roosevelt Pinheiro

MUDANÇA Valdir Raupp manifestou surpresa com posição da Eletronorte



Moreira Matiz

Infra-Estrutura ouve presidente da Petrobras sobre plataformas

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza audiência pública amanhã, a partir das 11h, para ouvir o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, sobre a aquisição das plataformas P-51 e P-52 e sobre o programa de licitações de plataformas para os próximos cinco anos. Dutra deve explicar ainda a campanha publicitária da empresa. A construção das plataformas por empresas brasileiras foi uma das promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

SOLUÇÃO Jereissati é o autor da convocação do secretário Anthony Garotinho

CCJ debate com Garotinho violência no Rio de Janeiro

A crise na segurança pública no Rio de Janeiro volta a ser discutida em reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e da Subcomissão Permanente de Segurança Pública. Hoje, às 18h, o secretário estadual de segurança pública, Anthony Garotinho, participa de audiência pública solicitada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Na semana passada, os senadores debateram o assunto com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o prefeito do Rio de Janeiro, César Maia. Dentre as ações do governo federal dirigidas ao combate à criminalidade, Thomaz Bastos assinalou a montagem da Operação Suporte, conduzida pela Polícia Federal, e a liberação de R\$ 9 milhões dos R\$ 38 milhões que devem financiar programas estaduais dirigidos à redução da violência urbana, notadamente a vinculada ao tráfico de drogas. Em sua intervenção na audiência pública, César Maia considerou fundamental o treinamento dos policiais envolvidos no combate ao narcotráfico, bem como o aperfeiçoamento do sistema de inteligência que dá apoio a essas ações. Quanto ao envolvimento das Forças Armadas nesse tipo de intervenção, o prefeito do Rio de Janeiro acredita ser mais eficaz sua atuação como suporte do que no desenvolvimento de ações de cunho policial.

Relator espera acordo para votar MP

■ Delcídio Amaral tenta concluir entendimento em torno de medida provisória que cria cargos comissionados

Depois de 21 dias de obstrução promovida pelos partidos de oposição, o Plenário do Senado tenta votar amanhã o projeto de conversão da medida provisória (MP) que cria 2.793 cargos comissionados no Executivo federal, de livre nomeação dos ministros.

A última votação no Plenário ocorreu no dia 6 de abril e, desde então, o relator-revisor da MP 163, senador Delcídio Amaral (PT-MS), vem solicitando adiamentos para apresentar seu parecer, à espera de que seja concretizado um acordo entre governistas, opositores e o PMDB. Pela Constituição brasileira, toda medida provisória não votada dentro de 45 dias após sua publicação passa a trancar a pauta da Casa em que esteja tramitando. A MP já foi votada pelos deputados.

Delcídio Amaral informou que vai procurar concluir as negociações ainda hoje, o que



Waldemir Rodrigues

DESARMAMENTO Obstrução impede que o Plenário vote projeto sobre data de plebiscito para que povo decida sobre proibição ou não da venda de arma de fogo

possibilitaria a votação da MP no dia seguinte. Os partidos de oposição tentaram, até agora sem êxito, convocar o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, para explicar aos senadores as razões da criação de quase 3 mil cargos de livre nomeação. A oposição sustenta que o Executivo pretende nomear para esses cargos apenas filiados ao PT. Já a liderança do governo contesta, afirmando que metade dos cargos será destinada a funcionários públicos de carreira dos ministérios.

Propostas

Se votada a MP 163, outras

Relações Exteriores analisa indicações de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional analisa na quinta-feira, a partir das 10h, mensagem presidencial indicando o ministro de carreira Lúcio Pires de Amorim para exercer o cargo de embaixador na África do Sul. Os senadores vão examinar ainda a indicação de Elim Saturnino Ferreira Dutra para ocupar a embaixada do Brasil no Egito. Os pareceres sobre as indicações estão a cargo dos senadores Marcelo Crivella (PL-RJ) e Pedro Simon (PMDB-RS), respectivamente.

cordam ou não com o fim da venda de armas de fogo.

Pela ordem em que figuram na ordem do dia do Plenário, estas são as outras medidas provisórias:

– MP 164/03, alterada pelo PLV 21/04 – Institui a cobrança de PIS-Pasep (Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade

Social) sobre bens e serviços importados (governistas e opositores já estão fechando acordo sobre mudanças em seu conteúdo, para permitir a votação).

– MP 165/04, alterada pelo PLV 23/04 – Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e as entidades executivas dos Comitês de Recursos Hídricos de bacias hidrográficas.

– MP 168/04, que está sendo modificada pelo PLV 22/04 – Proíbe os bingos e caça-níqueis no Brasil.

Celso Pitta deve depor amanhã na CPI do Banestado

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Banestado, que investiga a evasão de divisas para o exterior por meio de contas CC-5, deve tomar amanhã o depoimento do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta. Ele é acusado, inclusive por sua ex-mulher Nicéia Pitta, de transferência ilegal de dinheiro ao exterior e manutenção de contas secretas em bancos estrangeiros.

Ex-afilhado político do também ex-prefeito da capital Paulo Maluf, outro investigado pela CPI, Pitta vem tendo suas supostas operações externas rastreadas pelas autoridades poli-

ciais e pelo Ministério Público. Acredita-se que ele abriu contas para abrigar recursos desviados de obras públicas. Os sigilos fiscal, bancário e telefônico do ex-prefeito já foram quebrados pela comissão.

Convocado para prestar depoimento na semana passada, o doleiro Antônio Oliveira Claramunt, conhecido como Toninho Barcelona, não compareceu à comissão. Apontado como um dos maiores doleiros do país, Toninho Barcelona é suspeito de crimes contra o sistema financeiro e de lavagem de dinheiro. Ele está sendo acusado de intermediar remessas

ilegais de dólares para o exterior por meio de contas CC-5 do Banestado. Possíveis conexões dos acusados com policiais e com juízes também estão sendo investigadas pela Polícia Federal. Como se recusou a comparecer ao depoimento, Barcelona deverá ser conduzido a força pela PF, que será oficiada pela CPI a trazer o doleiro ao Congresso.

Já o depoimento do bicheiro Alberto Youssef, que estava marcado para a última sexta-feira, foi adiado e poderá ser realizado nas próximas quinta ou sexta-feira. Acusado pelo Ministério Público de sonegar



Roosevelt Finheiro

COMANDO CPI que apura envio de divisas para o estrangeiro é presidida por Antero de Barros

mais de US\$ 33 milhões em impostos entre 1996 e 1999, ele também é suspeito de lavagem de dinheiro.

Jucá quer norma para extração de minério em reserva indígena

Projeto que regulamenta a questão, de autoria do senador, aguarda exame na Comissão de Minorias da Câmara

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) voltou a pedir à Câmara dos Deputados a imediata aprovação do projeto de lei de sua autoria que regulamenta a exploração de jazidas minerais em terras indígenas. De acordo com Jucá, se as normas propostas por ele estivessem em vigor, os recentes episódios de violência envolvendo índios e garimpeiros na Reser-

va Roosevelt, da tribo Cinta-Larga, em Rondônia, seriam evitados.

Ex-presidente da Funai, Jucá informou que a mineração em terras indígenas foi autorizada pela Constituição de 1988, faltando apenas a regulamentação, conforme prevê o projeto de sua autoria. Ele também condenou a legalização de garimpos em terras indígenas.

O senador informou que o PLS 121/95, que aguarda votação na Comissão de Minorias da Câmara, estabelece normas para a exploração de jazidas minerais em terras indígenas, a começar pela obrigatoriedade de que somente empresas le-

galmente constituídas, depois de passarem por uma licitação, poderiam realizar a tarefa, desde que devidamente autorizadas pela respectiva comunidade indígena.

O projeto também determina, continuou Jucá, que a exploração mineral será acompanhada pelo Ministério Público Federal, condicionada a manifestações favoráveis da Fundação Nacional do Índio (Funai) e de órgãos ambientais. Em troca, ressaltou o senador, os índios receberiam recursos provenientes da taxa de ocupação das terras, além do pagamento de direitos (*royalties*) pela exploração dos minérios.



REGRAS Segundo Romero Jucá, conflitos seriam evitados se seu projeto estivesse em vigor

Alberto Silva propõe medida para agilizar a reforma agrária

Como forma de acelerar o processo de reforma agrária, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) propôs, em nome do partido, que o governo assente 700 mil famílias no semi-árido nordestino em até três anos, aplicando R\$ 650 milhões para financiar a compra da terra pelo lavrador. Com base em sua experiência como ex-governador do Piauí, ele mostrou estimativas que revelam a possibilidade de viabilizar a compra de três hectares para cada família, com um potencial de geração de renda de R\$ 3,78 bilhões decorrente do plantio de produtos como mamona, feijão, milho e sorgo, entre outros.

Segundo Alberto Silva, cálculos sobre a comercialização desses produtos demonstram que o assentado obteria renda capaz de pagar pelo lote o valor de R\$ 200 a cada ano, totalizando R\$ 1 mil ao final de cinco anos. O senador disse que, com esse programa alternativo, o governo poderia assentar não 600 mil famílias, como está previsto, mas 700 mil divididas pelos estados nordestinos da seguinte forma: 200 mil em Pernambuco e 200 mil no Ceará, e as outras 300 mil subdivididas igualmente entre Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí.

Estradas

Alberto Silva criticou a opção do governo, conforme informações divulgadas pela imprensa, de aplicar R\$ 2 bilhões para recuperar 13 mil quilômetros de estradas, a maior parte pela chamada operação tapa-buracos. "Não adianta tapar os buracos, o que já foi uma opção do governo passado", ressaltou.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) cobrou a utilização dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para a recuperação das estradas.



ALTERNATIVA Alberto Silva sugere o assentamento de 700 mil famílias em três anos

Lúcia Vânia: presidente da Funai deve ser demitido

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, merece ser demitido sumariamente pelas suas declarações na última semana, afirmou a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) em pronunciamento. Para ela, a insensibilidade demonstrada pelo presidente da Funai diante da morte de 26 garimpeiros em conflito com tribos indígenas em Rondônia é inadmissível.

Os fatos indicam, segundo Lúcia Vânia, que pouco ou nada foi feito pelo governo para evitar a tragédia. A senadora observou que a entidade Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Sociais e Culturais informou ter entregado em dezembro de 2003 a cinco ministérios relatório no qual sinalizava a possibilidade de conflito na área.

– Reconhecemos e defendemos os direitos dos povos indí-

genas constantes da Constituição brasileira, como o respeito às suas organizações sociais, línguas, crenças e tradições, bem como o aproveitamento de recursos hídricos e minerais das terras que tradicionalmente ocupam. Mas não podemos admitir a insensibilidade de autoridades, como o presidente da Funai, diante da morte de cerca de 30 pessoas, em condições ainda não esclarecidas – declarou.

Para ela, a insensibilidade demonstrada pelo presidente da Funai é reveladora. A maneira como a autoridade competente cuida dos que já foram, assinalou, diz muito sobre a maneira pela qual o governo tem cuidado dos que estão vivos.

Metas de inflação

Lúcia Vânia também criticou propostas que defendem a elevação das metas de inflação. Ela disse concordar com pronunciamento feito na quinta-feira pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que classificou a sugestão de "impatriótica". Deveria estar sendo defendida inflação zero em favor do Brasil e dos mais pobres, argumentou Lúcia Vânia.

A senadora por Goiás também comentou manifestações de integrantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reunidos na 42ª assembleia da entidade, que explicitaram decepção com a atuação do governo.



DISCUSSÃO Requerimento sobre vinda da ministra para debater desmatamento será votado pela Subcomissão da Amazônia

Subcomissão examina convite a Marina Silva

A Subcomissão Permanente da Amazônia examina amanhã, a partir das 9h30, requerimento de autoria do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) para que a ministra do Meio Ambiente, a senadora licenciada Marina Silva, seja convidada a debater com os parlamentares os altos índices de desmatamento da floresta amazônica. O senador também quer explicações sobre a extinção da Secretaria de Coordenação da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente, conforme notícia

veiculada pela revista *Veja* na edição do último dia 10. Na justificativa do requerimento, Virgílio afirma que o jornal *O Globo* do último dia 8 informa que a Amazônia perdeu 16% de suas florestas e que a área desmatada no período de agosto de 2002 a agosto de 2003 já é a segunda maior registrada na região. O senador se diz preocupado com o desmatamento e com a extinção do órgão, e avalia que, com o convite, a ministra poderá esclarecer esses assuntos.



CRÍTICA Para Lúcia Vânia, declaração do dirigente do órgão mostra insensibilidade



Célio Azeredo

RESULTADOS Metas do programa Fome Zero e recursos orçamentários destinados à área motivam convite para audiência

Patrus debate Fome Zero com senadores da CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência pública nesta quarta-feira com o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias. O objetivo é debater as ações e programas implementados pelo ministério, especificamente os programas de segurança alimentar e o de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

Conforme o requerimento de Arthur Virgílio (PSDB-AM) e da presidente da CAS, Lúcia Vânia (PSDB-GO), Patrus Ananias deverá esclarecer quais as metas do programa Fome Zero e os re-

ursos orçamentários que devem ser destinados para projetos na área da segurança alimentar.

Durante a reunião da CAS que aprovou o requerimento, no dia 18, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) considerou importante que o Senado seja informado sobre os resultados que o Fome Zero vem apresentando, tendo em vista que o governo Lula já está em seu 14º mês. Lúcia Vânia esclareceu que não há motivação política no convite ao ministro, mas a necessidade de a comissão ser informada sobre a iniciativa.

Presidente do BC fala à Comissão de Orçamento

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, explicará aos deputados e senadores, na quinta-feira, os impactos e os custos fiscais das políticas monetária, creditícia e cambial do governo, nos primeiros três meses deste ano. Para isso, será realizada audiência pública da Comissão Mista de Orçamento.

O presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), também convocou reunião para amanhã à tarde, quando serão examinados quatro avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre inspeções realizadas em obras que recebem verbas do Orça-



J. Freitas

INSPEÇÕES Gilberto Mestrinho também convoca reunião para examinar avisos do TCU

mento da União. Também será votado requerimento do deputado Ricardo Barros (PP-PR) que convoca o ministro José Dirceu para "esclarecer a atuação do assessessor Waldomiro Diniz".

Lei de Falências pode ser votada amanhã na CAE

Relator da proposta, Ramez Tebet destaca oportunidade que empresas terão para se recuperar

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar amanhã substitutivo ao projeto de lei da Câmara (PLC 71/03) que institui a nova Lei de Falências. A proposta é do relator da matéria, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), e tem 200 artigos, mantendo na íntegra apenas oito dos 222 artigos aprovados pelos deputados.

O relator manteve e aperfeiçoou os mecanismos de recuperação de empresas incluídos no projeto da Câmara, mas criticou parte da proposta, principalmente no que diz respeito à técnica legislativa. O projeto seria apreciado na última terça-feira, mas pedido de vista coletiva adiou a votação do parecer da CAE.

Segundo Tebet, o trabalho da Câmara foi muito importante por ter propiciado a elaboração de mecanismos que moderni-



Gerardo Magalhães

GARANTIA Ramez Tebet procura assegurar em seu relatório a manutenção de empregos

zam o processo de falência, extinguem a concordata e abrem espaço para processos mais eficientes de recuperação das empresas.

O senador destacou como grande novidade da nova Lei de Falências os instrumentos que permitirão às empresas recuperáveis a superação de dificuldades temporárias. O relator considerou que o projeto abre um novo leque de possibilidades de reorganização, aumentando as chances de recuperação efetiva das empresas. A proposta aponta os credores como as pessoas

mais indicadas para decidir acerca da viabilidade do plano de recuperação preparado pelo devedor. Tebet condenou a "ineficiente concordata", que, na sua opinião, se limita a uma moratória das dívidas, sendo incapaz de soerguer devedores em dificuldades.

– O importante é que os trabalhadores não sejam vitimados pelo efeito social mais deletério das falências: o desemprego que decorre da desintegração de empresas falidas – disse, ao destacar que o relatório pautou-se não apenas pela necessidade de aumento de eficiência econômica, mas, principalmente, pela missão de dar conteúdo social à legislação.

Depois de examinado pela CAE, o projeto irá à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, possivelmente, ao Plenário, na primeira quinzena de maio.

Também estão na pauta da CAE o projeto de lei (PLS 213/03) que institui o Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS); e o projeto de lei da Câmara (PLC 70/03) que altera dispositivos do Código Tributário Nacional.

Malefícios das bebidas alcoólicas

A pauta da Comissão de Educação (CE) prevê a análise do projeto de lei da Câmara que determina a obrigatoriedade de a embalagem, o rótulo e a propaganda de bebida alcoólica conterem advertência de que a venda do produto é proibida a menores de 18 anos e sobre seus malefícios à saúde. Amanhã, às 11h, os integrantes da comissão decidem se realizam audiência pública com especialistas para discutir o assunto.

A audiência foi solicitada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), relator do projeto (PLC 35/00). Ele pretende ouvir o ministro da Saúde, Humberto Costa, o presidente do



J. Freitas

REQUERIMENTO Osmar Dias propõe extinção da Subcomissão de Rádio e TV

Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), Gilberto C. Leifert, o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Paulo Machado de Carvalho Neto, o pre-

sidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja, Milton Seligman, e o presidente da União Brasileira de Viticultores (Uvibra), José Carlos Estefenen.

Outro requerimento a ser examinado é de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR) e solicita a extinção da Subcomissão Permanente de Rádio e TV, instalada em 22 de junho de 1999, no âmbito da Comissão de Educação. Na mesma linha, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) também apresentou requerimento solicitando a criação de uma Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, em substituição à Subcomissão de Rádio e TV.



José Cruz

Patrícia Saboya destaca ação para combate ao analfabetismo

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) destacou o lançamento do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, organismo criado com a missão de atacar deficiências do ensino público brasileiro. A iniciativa envolve parlamentares, especialistas e dirigentes municipais e estaduais da área de educação, professores universitários, representantes do Ministério Público

e do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), unidos no esforço de reverter o lapso de aprendizado associado à baixa qualidade do ensino oferecido na rede oficial.

A primeira atribuição desse comitê será entrevistar 20 mil alunos da 2ª série do ensino fundamental para verificar o nível de conhecimento dos estudantes. Patrícia observou que a alfabeti-

zação inadequada já começa a comprometer o aprendizado nesse estágio da formação escolar, prejudicando não só a capacidade de ler e escrever, mas a própria construção da vida profissional futura. Com esse diagnóstico em mãos, a senadora disse que o comitê terá condições de elaborar políticas públicas que garantam a todas as crianças cearenses o direito de ler e escrever.

Senado homenageia São Paulo na bienal do livro

O principal lançamento preparado pelo Senado para a Bienal Internacional do Livro de São Paulo é a *Edição Comemorativa dos 450 Anos da Cidade de São Paulo*. Trata-se de um estojo com três obras sobre a história da cidade e da província de São Paulo: *Na Capitania de São Vicente*, do ex-presidente e historiador Washington Luís; *História da Cidade de São Paulo*, de Afonso d'Escagnolle Taunay; e *História da Capitania de São Vicente*, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme. O estojo é ilustrado com uma aquarela de José Wasth Rodrigues retratando a antiga Igreja do Colégio.

O livro de Washington Luís (1869-1957), prefaciado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), baseia-se em extensa pesquisa feita pelo autor em atas da Câmara e em inventários e testamentos realizados no Arquivo Público de São Paulo e no Arquivo da Câmara de Vereadores entre os anos de 1902 e 1903.

Já a publicação de Taunay (1876-1958), apresentada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), é a compilação, realizada pelo próprio autor, de várias obras anteriores sobre a história da cidade, do período colonial, imperial e republicano, publicadas desde 1921. O livro de Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777), com

prefácio de Romeu Tuma (PFL-SP), trata dos primeiros séculos da Capitania de São Vicente.

Outro lançamento é *Os Deputados Brasileiros nas Cortes Gerais de 1821*, que retrata a participação brasileira na Constituição portuguesa de 1821. Pouco se sabe do autor, o advogado Manuel Emílio Gomes de Carvalho, que emigrou para a Europa.

O Senado também levou para a bienal paulista o livro *Dois Anos no Brasil*, do pintor e professor francês Auguste François Biard. Nascido em Lyon em 1798, Biard veio para o Brasil em meados do século 19, para ser retratista de

dom Pedro II. Os lançamentos se completam com as edições de publicações jurídicas em conjunto com o Superior Tribunal de Justiça (STJ). São seis novas obras da coleção *História do Direito Brasileiro*, três da série Direito Penal e três de Direito Civil, em edições fac-similares.



Edição comemorativa dos 450 anos da cidade é lançada na bienal

Correção

As fotos publicadas no **Jornal do Senado** relativas à Feira do Livro, nas edições do dia 20 e da última sexta-feira, são de autoria do jornalista Anand Rao.

Romance do Vaqueiro será lançado quinta-feira

O consultor do Senado João Bosco Bezerra Bonfim lança na próxima quinta-feira (dia 29) o *Romance do Vaqueiro Voador*, uma narrativa em versos, no estilo da literatura de cordel. Conta a história de um operário, ex-vaqueiro no Nordeste que veio construir o sonho de Brasília, como centenas de milhares de migrantes o fizeram nas décadas de 50 e 60. Apresenta uma face pouco mostrada da saga da construção da cidade, sempre vista pelo lado do heroísmo, mas cujos protagonistas têm sido representados na figura de políticos, engenheiros e arquitetos.

Em 44 páginas, ilustradas com as imagens de Brasília, extraídas dos filmes de Vladimir Carvalho e com as gravuras de Abraão Batista, o *Romance do Vaqueiro Voador* traz uma visão da cidade que ainda está presente na memória dos que aqui primeiro chegaram e ajudaram a construí-la. Não são poucas as narrativas de candangos desses primeiros tempos que acabaram desaparecendo, "ninguém sabe como".

João Bosco Bezerra Bonfim, escritor, está em Brasília desde 1972. O lançamento do livro será em Brasília, na Livraria Café com Letras, na 203 Sul.

Santa Catarina aumenta exportações, anuncia Ideli

Segundo a senadora, estado exportou três vezes mais para países da União Européia do que para os EUA



Célio Azevedo

DIVERSIFICAÇÃO Ideli mostra que vendas de SC para a Argentina cresceram 103%

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), listou várias estatísticas econômicas de Santa Catarina que demonstram o crescimento das exportações do estado. Segundo a senadora, elas são resultantes da política de comércio exterior adotada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Outro dado importante a ser salientado é que, além do crescimento geral dos indicadores de exportações, foi registrada também a diversificação da carteira de países importadores – revelou. Santa Catarina, informou,

exportou três vezes mais para os países da União Européia do que para os Estados Unidos entre 2003 e 2004 e, apenas para a China, houve um aumento de 111% nas taxas de exportação do estado no mesmo período. Para a Argentina, acrescentou Ideli, houve crescimento de 103% nas exportações catarinenses.

Heloísa Helena critica lado perverso do capitalismo

Em discurso no Plenário, na sexta-feira, a senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) afirmou que o desemprego é a face mais perversa do capitalismo. Heloísa disse que, se não houvesse recursos a serem disponibilizados para educação, saúde, moradia, saneamento básico, de forma a diminuir o desemprego e melhorar a situação de vida da população, o jeito seria "socializar a miséria". Mas a senadora acredita que a situação não é essa. Considera inadmissível que um país que gera tanta riqueza mande 60% de seus recursos para pagar

bancos estrangeiros, e que 48% da riqueza que fica no país se concentrem nas mãos de 0,01% das famílias.

“Enquanto isso, a gigantesca maioria do povo brasileiro é submetida à dor, à miséria e ao sofrimento”, frisou Heloísa. Ela comentou também a estranheza em ver no dia 21 de abril a comemoração do feriado de Tiradentes feita por uma elite que envia as riquezas do país ao estrangeiro.

A parlamentar lembrou que Tiradentes e mais um grupo de rebeldes foram mortos em 1780 por serem contra a derrama, o



Célio Azevedo

HEROÍSMO Heloísa Helena cita Tiradentes, morto por ser contra a derrama

saque de 20% da produção de ouro brasileiro pela coroa portuguesa.

Heloísa Helena registrou ainda a passagem do Dia do Índio, comemorado no último dia 19, e pediu a aprovação do Estatuto do Índio.

Não é hora de limitar vereadores, diz Mozarildo

Embora salutar, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), ratificada este mês pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), definindo o número de vereadores conforme as faixas populacionais, que deverá valer já a partir das eleições de outubro, foi tomada no momento errado, avalia o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR). A própria legislação, lembrou Mozarildo em discurso na sexta-feira, determina que qualquer alteração nos critérios eleitorais seja realizada um ano antes das eleições.



Célio Azevedo

LEGISLAÇÃO Mozarildo afirma que lei não permite mudança um ano antes das eleições

– A decisão veio no momento em que os partidos estão realizando suas convenções e

todo o planejamento já foi feito. É matéria que não deveria ser adotada em ano eleitoral – argumentou o senador.

Para ele, a determinação do TSE contribuiu para reforçar a discriminação que já existe em todo o país em relação aos municípios.

A Federação, acrescentou, já é inexistente na definição e distribuição do orçamento, com a concentração dos recursos em Brasília, e a medida deixa a impressão de que as “falcatruas” somente ocorrem nos municípios.

Viana exalta importância do Samu para população

Com investimento de R\$ 300 milhões até o fim do ano, o governo avançará no atendimento pré-hospitalar de urgência, contribuindo para reduzir o número de óbitos no país, o tempo de internação nos hospitais e as seqüelas que ocorrem com a falta de socorro precoce. Ao ressaltar a importância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), que beneficiará as populações de 1.700 municípios, o senador Tião Viana (PT-AC) anunciou que o programa será lançado hoje pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo o senador, o presidente e o ministro da Saúde, Humberto Costa, mostrarão em São Bernardo do Campo (SP), na sede da montadora, as primeiras ambulâncias das 1.480 que estão sendo adquiridas pelo governo para o Samu, que atende às urgências de natureza traumática, clínica pediátrica, cirúrgica, gineco-obstétrica e psiquiátrica.

Atualmente, o programa presta atendimento a quase 20 milhões de pessoas, mas a meta, continuou, é alcançar 63 milhões de brasileiros até junho. Para tanto, cerca de R\$ 180 milhões por ano serão aplicados para custear o programa.

Capacitação

Esses recursos irão garantir, conforme o parlamentar, a implantação de 152 Centrais de Regulação Médica de Urgência e a criação de 27 Núcleos de Educação de Urgência destinados à capacitação profissional.

– A previsão é gerar 26 mil postos de trabalho diretos e indiretos – afirmou Tião Viana, citando alguns números relacionados a empregos diretos, como 4.850 médicos, 2.550 enfermeiros, 5.900 auxiliares de enfermagem e 7.400 motoris-



URGÊNCIA Tião Viana informa que programa será lançado hoje pelo presidente da República

tas. Ele explicou que bastará um telefonema pelo número 192 para acionar as Centrais de Regulação, que funcionarão durante 24 horas, sempre com a presença de um médico para avaliar as necessidades de cada pedido.

O senador pelo Acre lembrou que já existem 16 Samus, dos quais 11 foram integrados ao Samu nacional e estão recebendo recursos federais. Ele citou as localidades abrangidas: São Paulo e Campinas (SP), Recife, Aracaju, Belo Horizonte e Betim (MG), Porto Alegre, Fortaleza, Vitória da Conquista (BA), Natal, e, agora, Belém.

Tião Viana leu nota do presidente da Interamerican Heart Foundation e diretor do laboratório de treinamento, simulação e pesquisa em emergências cardiovasculares do Instituto do Coração (Incor), Sérgio Timerman, sobre a importância do Samu.

Conforme Timerman, a síndrome coronariana aguda (SCA) é a causa de maior incidência nos 500 mil óbitos que ocorrem anualmente no país, dos quais 350 mil acontecem antes que o paciente chegue a um pronto-socorro ou seja atendido por um sistema de emergência.

Lobão pede a execução das obras anunciadas para 2004

Senador adverte para risco da quebra de autoridade caso compromissos não sejam cumpridos

Com a afirmação de que o governo deve executar o que promete, o senador Edison Lobão (PFL-MA) cobrou, na sexta-feira, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o cumprimento do compromisso assumido no mês de janeiro, em torno das principais obras a serem realizadas em 2004.

– Um dos maiores riscos do processo democrático é a quebra da autoridade. Presidente, cuidado para não perder a autoridade. O que nós queremos é que a palavra do governo tenha correspondência na execução daquilo que ele promete. A palavra do presidente tem de ser recebida como alguma coisa que vai ser realizada. Palavra ao vento é palavra de poeta,



ALERTA Edison Lobão lembra que começam a desaparecer postos de trabalho no país

não de governante.

Interesse social

Para Lobão, a programação divulgada pelo governo, “atende aos mais diversos setores da sociedade brasileira”. Entre as medidas anunciadas, lembrou, estão a retomada da construção de hidrelétricas e termoelétricas; incentivo a fontes alternativas de energia; recuperação de 7 mil quilômetros de rodovias e construção de outras;

atenção ao setor das ferrovias; melhoria de portos e irrigação no Nordeste.

Ele destacou o anúncio de investimentos no valor de R\$ 12 bilhões em saneamento e habitação, com a conseqüente geração de empregos. “Onde estão esses empregos? Não só não foram gerados, mas também começam a desaparecer paulatinamente, por causa da inação do governo”, disse ele.

Outra medida divulgada pelo governo, acrescentou Lobão, visa à concessão de importantes investimentos às regiões metropolitanas para redução do desemprego e da violência. “A violência assola e solapa as resistências nacionais. O Rio de Janeiro transformou-se num teatro de violência. Mata-se mais no Rio de Janeiro do que nos campos de batalha nos últimos tempos”, advertiu.

O senador informou ter entregue ao ministro dos Transportes estudo feito por Alberto Silva (PMDB-PI) com soluções para recuperação das rodovias.

Valmir Amaral sugere a Lula que ouça o povo

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) pediu, em aparte a um discurso do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que o presidente da República escute o clamor das ruas. “O presidente tem que ter não só coração grande, mas também ouvidos”, disse. O parlamentar pediu que Lula ouça o povo humilde nas ruas e pare de dar tanto dinheiro aos banqueiros.

Em 44 anos de existência, a cidade de Brasília nunca tinha visto alguém atear fogo ao

próprio corpo em desespero, como aconteceu há alguns dias com um desempregado, afirmou o senador. Valmir Amaral lembrou outro episódio ocorrido recentemente, quando um homem também desempregado havia tentado pular das galerias para o Plenário do Senado Federal.

– O país não pode mais seguir por esse caminho. Esse rumo tem que mudar. Os empresários e o povo não agüentam mais as altas taxas de juros – assinou Valmir Amaral.



DECISÃO Valmir Amaral diz que governo precisa parar de dar tanto dinheiro a banqueiros



NEGOCIAÇÃO Mão Santa cobra solução para impasse que já dura dois meses

Mão Santa defende diálogo com grevistas da PF

Ao manifestar, em discurso na sexta-feira, inquietação com a greve dos policiais federais, que já dura dois meses e tem afetado, segundo destacou, “a segurança e a ordem da sociedade”, o senador Mão Santa (PMDB-PI) dirigiu apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que abra o diálogo com a categoria a fim de colocar fim ao impasse e evitar

que o crime organizado aumente ainda mais sua atuação no território nacional.

– Esse negócio de crime organizado não deve existir. Quem tem que ser organizado é o governo e não os bandidos – afirmou o senador, ao demonstrar sua preocupação com os efeitos da greve, especialmente no controle do narcotráfico

e das fronteiras do país.

Para o senador, o governo precisa se conscientizar da relevância e qualidade dos serviços prestados pelos policiais federais. Em sua opinião, a Polícia Federal é uma instituição tão boa quanto qualquer outro órgão internacional similar, como o Federal Bureau of Investigation (FBI), ou a Scotland Yard, da

Inglaterra.

Em aparte, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) também pediu solução para a greve, sugerindo que o Senado discuta o problema em uma de suas comissões temáticas. O senador Edison Lobão (PFL-MA) aprovou as posições de Mão Santa e disse que o Senado está disposto a ajudar para pôr fim à greve.

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelo senador Eduardo Siqueira Campos

Apenas 25% dos trabalhadores domésticos têm carteira assinada

Amanhã comemora-se o Dia do Trabalhador Doméstico, e o Especial Cidadania traz os direitos desses profissionais, que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somam mais de 6 milhões de pessoas. A pesquisa revela que, desse total, cerca de 4 milhões recebem apenas um salário mínimo mensal. A profissão foi reconhecida pela Lei 5.859/72 e regulamentada pelo Decreto 71.885/73. Mas só com a Constituição de 1988 a catego-

ria teve seus direitos assegurados, como salário mínimo, irreduzibilidade salarial, 13º salário, repouso semanal remunerado e férias.

Ainda segundo dados do IBGE, somente 25% dos trabalhadores domésticos têm carteira assinada. Os demais estão excluídos dos direitos básicos. A maranhense Edinama Serra Santos, por exemplo, começou a trabalhar aos 15 anos de idade, mas só aos 30 anos, ao se mudar para Brasília (DF), teve sua carteira de trabalho as-

sinada pela primeira vez.

Por lei, são trabalhadores domésticos aqueles que prestam serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa a pessoa ou a família no âmbito residencial. Podem ser motoristas, cozinheiras ou babás, desde que atuem nas condições acima e tenham frequência de trabalho maior que duas vezes por semana. Ou quando ficar configurado o vínculo empregatício, mesmo com uma frequência menor.



Treici Schwengber

REALIDADE Edinama Serra Santos começou a trabalhar aos 15 anos, e só aos 30 teve a carteira de trabalho assinada

Direitos assegurados pela legislação

1. Carteira de trabalho assinada e anotada desde o primeiro dia de trabalho.
2. Salário mensal nunca inferior a um salário mínimo, fixado atualmente em R\$ 240. O pagamento deve ser feito até o quinto dia útil do mês.
3. Repouso semanal remunerado, de preferência aos domingos.
4. Décimo terceiro salário.
5. Férias de 20 dias úteis, após cada período de 12 meses de serviço, e abono de férias equivalente a 1/3 do valor do período das férias.
6. Irredutibilidade do salário, ou seja, não é permitida redução salarial.
7. Licença-gestante, por período de 120 dias, quando o salário será pago pela Previdência Social; licença-paternidade, por período de cinco dias corridos, contados a partir da data de nascimento do filho.
8. Auxílio-doença e aposentadoria, respeitado o período de carência pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
9. Vale-transporte.
10. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, respeitado o período mínimo de 30 dias.

Admissão – Os documentos que podem ser exigidos para admissão são: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), atestado de saúde e atestado de boa conduta, a critério do empregador, como cartas de referências de ex-empregadores.

Na carteira de trabalho deverão ser anotados na página “Contrato de Trabalho”:

1. nome e CPF do empregador;
2. endereço do empregador (local de trabalho do empregado);
3. cargo (babá, cozinheira, jardineiro, empregada doméstica etc.);
4. data de admissão;
5. salário mensal ajustado;
6. assinatura do empregador.

Posteriormente deverão ser anotados início e término das férias e seu período aquisitivo, alterações salariais e data de saída.

Recolhimento do INSS – O pagamento da Previdência Social é um compromisso do patrão e do empregado. O recolhimento é feito mensalmente por meio do carnê do INSS, vendido em papelarias. A parte do empregado pode variar de 7,65% a 11%, dependendo do salário, e deve ser descon-

tada mensalmente no pagamento do salário. A parte patronal corresponde a 12% do salário do empregado, incidindo sobre férias e o 13º salário.

Recibo – É obrigação do empregado assinar e do empregador exigir recibo do trabalhador sempre que efetuar algum pagamento.

Desconto nos salários – Além do pagamento em dinheiro, compreendem-se no salário a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações *in natura* que o empregador, por força do contrato ou de costume, fornecer habitualmente ao empregado. O empregador deve discriminar seu valor em moeda corrente (R\$) no recibo de pagamento. Os limites legais são: alimentação (até 25% do salário mínimo – Lei 3.030/56 –, admitida a proporcionalidade estabelecida pela Portaria 19/52); moradia: 20% (quando o fornecimento da habitação for indispensável ao trabalho, deve ser de graça); higiene: 7%; vestuário: 22% (uniforme e outros acessórios concedidos pelo empregador e usados no local de trabalho não podem ser descontados); transporte: até 6% (limitado ao montante do valor do número de vales-transportes recebidos).



Demissão – Pode ocorrer a pedido do empregado, por iniciativa do empregador, por justa causa ou sem justa causa, ou por decisão conjunta. O empregado doméstico demitido sem justa causa tem direito a aviso pré-

vio, 13º salário proporcional, férias vencidas e saldo de salário. Na demissão por justa causa, não há o pagamento de aviso prévio, 13º salário ou férias proporcionais, mas apenas dos dias trabalhados e férias vencidas. Nesse caso, a demissão pode ser feita por motivo justo; entendem-se como faltas graves o roubo, incontinência de conduta ou mau procedimento, condenação criminal não suspensa, embriaguez habitual ou em serviço, desídia, agressões físicas ou morais praticadas em serviço contra qualquer outra pessoa (salvo em legítima defesa), atos de insubordinação e indisciplina.

Aviso prévio – Tanto o empregador como o empregado devem informar, por escrito, o desejo de romper o vínculo empregatício com 30 dias de antecedência. Se o empregador não der o aviso, terá de indenizar o empregado, com 30 dias a mais de salário, com reflexos sobre o 13º salário e férias. A dispensa do trabalho durante a vigência do aviso prévio não elimina o pagamento da indenização pelo empregador.

Faltas ao trabalho – Não devem ser descontadas do salário faltas pelos seguintes motivos: doação de sangue (um dia a cada 12 meses); casamento (três dias); falecimento de cônjuge, filho, pais, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica (dois dias); comparecimento a audiência judicial, devidamente atestada; comparecimento anual ao serviço militar, quando reservista (um dia a cada 12 meses).

Direitos não conquistados

Diferentemente das categorias profissionais regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os trabalhadores domésticos não têm direito ao pagamento de horas extras, mesmo aqueles que dormem no emprego. Também não está especificada sua jornada de trabalho, que pela CLT é de oito horas diárias ou 44 horas semanais. Tampouco seguro-desemprego, auxílio-acidente, Programa de Integração Social (PIS), adicional por insalubridade, 30 dias de férias, adicional de hora noturna e estabilidade provisória, inclusive pós-parto, entre outros benefícios. Recentemente o recolhimento do FGTS tornou-se opcional, conforme a Lei 10.208/01.

Projetos reduzem jornada e garantem FGTS

Oito projetos sobre o trabalhador doméstico estão sendo discutidos por senadores e deputados. Uma das propostas (PLC 41/91), de autoria da então deputada Benedita da Silva, assegura à categoria todas as garantias dispostas no artigo 7º da Constituição, como estabilidade provisória, auxílio-doença e jornada de oito horas diárias ou 44 horas semanais.

Projeto (PLS 138/01) do senador Osmar Dias (PDT-PR) regulamenta a concessão de férias anuais remuneradas, de 20 dias úteis, com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal. Já proposta (PLS 64/03) do senador Paulo Paim (PT-RS) limita a jornada de trabalho do empregado doméstico em 40 horas semanais. Outro projeto (PLS 177/03) de Paim prevê a dedução no Imposto de Renda do valor pago pela pessoa física ao trabalhador doméstico.

Dois propostas (PLS 193/97 e PLS 37/02) – dos então senadores Marluce Pinto e Carlos Bezerra respectivamente – estendem ao empregado doméstico o auxílio-acidente, já garantido aos demais trabalhadores brasileiros pela Lei 8.213/91.

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) do trabalhador doméstico recebe tratamento especial em projetos dos senadores Marco Maciel (PFL-PE) – PLS 12/91 – e Flávio Arns (PT-PR) – PLS 477/03.

Telefones úteis

Ministério do Trabalho

Alô Trabalhador: 0800 61-0101

Ministério da Previdência Social

PrevFone: 0800 78-0191

Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo

Tel: (11) 3812- 6554

Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia

Tel: (71) 334-6310

Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

– Tel: (71) 322-3871

Sindicato das Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro

– Tel: (21) 2273-2699

Confederação Latino-Americana e do Caribe de Trabalhadoras Domésticas

Tel: 00 (xx) 51 635-5337 (Lima, Peru)